



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150407 - MG (2021/0219918-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : J M S
ADVOGADO : AGNALDO REIS DOS SANTOS - MG099404
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : D P S S

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por J. M. S. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC 1.0000.21.036911-2/000).

A recorrente foi presa preventivamente pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico. Posteriormente, foi concedida liberdade por decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Sustenta o excesso de prazo na formação da culpa, argumentando que até a presente data não se procedeu a intimação das testemunhas. Afirma, outrossim, não ter sido intimada da decisão do STJ, o que lhe impede de iniciar o cumprimento da pena em regime menos gravoso.

Requer, liminarmente, seja determinada a regular tramitação do feito, em obediência ao princípio da duração razoável do processo, com a intimação do representante do MP para devolução dos autos e cumprimento dos prazos processuais. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja cassado o acórdão impugnado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente